

ANEXO XIV

CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL PARA RECONHECIMENTO DE LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS (LMR) DE AGROTÓXICOS (PLAGUICIDAS) EM ALIMENTOS IN NATURA.

Ref.: Reformulação da proposta anteriormente apresentada pela Delegação Brasileira, conforme compromisso constante em MERCOSUL/SGT Nº 3/ACTA Nº 01/09 (Item 11.4).

Para fins de reconhecimento de LMR de agrotóxicos (plaguicidas) entre os Estados Parte do MERCOSUL é obrigatório que o ingrediente ativo:

I – Tenha sido registrado no país importador e no país exportador; e

II – Tenha LMR estabelecido para a cultura em questão no país exportador.

O reconhecimento de LMR entre as partes ocorrerá automaticamente quando as condições acima forem confirmadas e, sempre que o LMR estabelecido para a cultura em questão, no país exportador, seja igual ou inferior aquele estabelecido no país importador.

O reconhecimento de LMR entre as partes não ocorrerá automaticamente, quando:

- a) O ingrediente ativo for registrado em ambos os países, mas não houver LMR estabelecido para a cultura em questão no país importador. Neste caso, se existir LMR do CODEX ALIMENTARIUS para a cultura em questão, este será reconhecido, se o resultado do cálculo da avaliação de exposição de ingestão do país importador não indicar risco à saúde da população.
- b) O LMR no país exportador for maior que o LMR do país importador para a cultura em questão. Neste caso será reconhecido o LMR do país exportador se o resultado do cálculo da avaliação de exposição de ingestão do país importador não indicar risco à saúde população.

Os Estados Parte deverão manter atualizadas as informações sobre os ingredientes ativos registrados, as culturas autorizadas para cada um e seus respectivos LMRs, disponíveis na internet para consulta.

Os casos omissos serão tratados caso a caso, levando-se em consideração os critérios de segurança da população do país importador.